

VULNERABILIDADES E ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES EM COMUNIDADES NA AMAZÔNIA¹

VULNERABILITIES AND OPPORTUNITY STRUCTURES IN AMAZONIAN COMMUNITIES

VULNERABILIDADES Y ESTRUCTURAS DE OPORTUNIDADES EN COMUNIDADES DE LA AMAZONÍA

Marília de Freitas Silva²
Mariluce Paes de Souza³
Ilisir Bueno Rodrigues⁴

Resumo

O presente trabalho analisa as vulnerabilidades socioespaciais em comunidades amazônicas, com base no estudo aplicado em Guajará-Mirim (RO), território marcado por desigualdades, pressões ambientais e limitações estruturais de oportunidade. A pesquisa utiliza o arcabouço teórico-metodológico AVEOT (Ativos, Vulnerabilidade, Estruturas de Oportunidades e Território), integrando dimensões sociais, econômicas e ambientais para compreender como a insuficiência de ativos e a fragilidade das instituições impactam o exercício dos direitos humanos. Os resultados evidenciam que 36% das famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social extrema, com forte associação entre riscos ambientais, baixa renda, déficit de acesso a serviços públicos e segregação espacial. A análise reforça a necessidade de políticas intersetoriais orientadas pela justiça socioambiental e por uma abordagem territorializada dos direitos humanos.

Palavras-Chave: Vulnerabilidades, Estrutura de Oportunidades, Comunidades Amazônicas

Introdução

A Amazônia apresenta um conjunto complexo de vulnerabilidades que repercutem diretamente nos direitos humanos, especialmente em territórios fronteiriços como Guajará-Mirim, onde mais de 90% da área é composta por unidades de conservação e terras indígenas. Pressões como desmatamento, mineração ilegal, grilagem e

¹Resumo apresentado ao GT Sistema de Justiça, conflitos e perspectivas nas sociedades amazônicas na 4ª Semana de Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia: Os desafios para os direitos humanos na era digital

²Doutora em Turismo e Desenvolvimento. Universidade de Alicante. Espanha. Pós-Doutora em Administração. PPGA/UNIR.

³Professora Doutora do Programa de Doutorado Profissional Interinstitucional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça-DHJUS/UNIR. Doutora em Ciências socioambientais (UFPA, 2004). E-mail: mariluce@unir.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6930021151410221> <https://orcid.org/0000-0002-4202-0769>

⁴Doutorando em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça-DHJUS/UNIR. Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça-DHJUS/UNIR (2019). E-mail: ilisir@tjro.jus.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6180416341398299>.

precarização dos serviços públicos configuram um cenário de injustiça socioambiental que compromete o bem-estar das comunidades. Neste estudo, a aplicação do quadro analítico AVEOT permitiu integrar dimensões do capital físico, humano, social, financeiro e ambiental para a construção do Índice de Vulnerabilidade Socioespacial (IVSE). Os resultados revelam forte heterogeneidade territorial, com prevalência de domicílios vulneráveis e socialmente vulneráveis, além de concentração de riscos nas periferias e áreas sujeitas a inundações. A perspectiva adotada demonstra que vulnerabilidade não se limita à renda, mas reflete insuficiência de ativos e barreiras estruturais que restringem oportunidades. Assim, o enfrentamento das desigualdades amazônicas exige políticas públicas baseadas na equidade, fortalecimento comunitário, proteção ambiental e ampliação das capacidades locais, reafirmando a centralidade dos direitos humanos no planejamento territorial.

Referencial Teórico

Este trabalho dialoga com autores fundamentais para a compreensão da vulnerabilidade e do desenvolvimento humano, como Sen (1981, 1998), que enfatiza a expansão das capacidades como fundamento do bem-estar; Chambers (1983) e Blaikie et al. (1994), que discutem vulnerabilidade e riscos em contextos de pobreza; Kaztman (2000) e Moser (1998), que abordam a perspectiva dos ativos sociais; Gaillard (2010), que articula vulnerabilidade, capacidade e resiliência; e Silva (2019), cuja formulação do AVEOT estrutura a análise socioespacial da vulnerabilidade em territórios amazônicos.

Metodologia

A pesquisa empírica utilizou um questionário com 91 itens, aplicado a partir de amostragem probabilística, permitindo construir um Índice de Vulnerabilidade Socioespacial (IVSE) que classifica os domicílios segundo sua capacidade de acesso e resposta a estruturas de oportunidade. O instrumento integra cinco dimensões essenciais: dados demográficos, capital físico e financeiro, capital humano, capital social e qualidade ambiental. A inclusão desta última, particularmente relevante na Amazônia, fortalece a compreensão das relações entre degradação ambiental, risco, injustiça territorial e desigualdade social. Cada variável foi ponderada por pesos contábeis e compulsórios, permitindo identificar situações críticas independentemente da soma total dos indicadores.

Resultados

Os resultados revelaram que 36% dos domicílios são socialmente vulneráveis, apresentando insuficiência de renda, baixa escolaridade, fraca inserção no mercado de trabalho e pouco acesso a redes de apoio. Outros 31% estão em situação de vulnerabilidade elevada, caracterizando famílias que, embora não extremamente pobres, não possuem ativos suficientes para enfrentar crises socioeconômicas ou ambientais. Apenas 1% das famílias foram classificadas como não vulneráveis. A espacialização dos dados mostra que as áreas de maior risco concentram-se nas periferias e nas zonas sujeitas a inundações, como os bairros próximos ao Rio Mamoré. Esses padrões confirmam que a vulnerabilidade está fortemente associada à segregação socioespacial, evidenciando desigualdades estruturais persistentes.

O estudo destaca que vulnerabilidade e direitos humanos estão intrinsecamente ligados. O acesso insuficiente a água potável, saneamento, educação, segurança pública, renda, moradia adequada e participação política configura violação de direitos fundamentais. Adicionalmente, a degradação ambiental e os conflitos territoriais acentuam o desamparo das populações locais, especialmente aquelas dependentes de modos de vida tradicionais. As pressões sobre os recursos naturais — desmatamento, contaminação das águas, perda de biodiversidade — ampliam riscos coletivos e comprometem a sustentabilidade dos territórios, reforçando a necessidade de abordagens integradas que contemplem justiça socioambiental, governança participativa e políticas públicas intersetoriais.

A contribuição central da pesquisa consiste em demonstrar que vulnerabilidade não é apenas ausência de renda, mas insuficiência de ativos sociais, humanos e culturais, além de restrições ambientais e territoriais que limitam oportunidades. O método AVEOT, ao incorporar variáveis socioespaciais e ambientais, permite identificar grupos e áreas prioritárias, orientando a formulação de políticas baseadas em equidade. Tais resultados oferecem subsídios para gestores públicos, sistema de justiça, pesquisadores e organizações da sociedade civil que atuam na promoção dos direitos humanos na Amazônia, reforçando a necessidade de ações que fortaleçam capacidades comunitárias, ampliem o acesso a serviços públicos e promovam o desenvolvimento sustentável.

Conclusão

Conclui-se que a leitura integrada da vulnerabilidade, articulada às estruturas de oportunidade, é essencial para compreender os desafios amazônicos e construir políticas comprometidas com dignidade, participação e justiça socioambiental. Territórios como Guajará-Mirim demonstram que a defesa dos direitos humanos na Amazônia passa pela garantia dos direitos territoriais, pela proteção ambiental e pela ampliação das capacidades sociais que permitam às comunidades viver com autonomia, segurança e perspectivas de futuro.

Referências

- Arretche, M. (2005). Tendências no estudo sobre federalismo e relações intergovernamentais no Brasil. RBCS.
- Blaikie, P.; Cannon, T.; Davis, I.; Wisner, B. (1994). At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters. Routledge.
- Busso, G. (2001). Vulnerabilidad social: nociones e implicancias para América Latina.
- Chambers, R. (1983). Rural Development: Putting the Last First. Longman.
- Cidade, L. C. F. (2013). Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade. Cadernos Metrópole.
- Cutter, S. (1996). Vulnerability to Environmental Hazards. Progress in Human Geography.
- Gaillard, J. C. (2010). Vulnerability, capacity and resilience. Journal of International Development.
- Kaztman, R. (2000). Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. CEPAL.
- Maslow, A. H. (1991). Toward a Psychology of Being. Wiley.
- Max-Neef, M. (1994). Human Scale Development. Apex Press.
- Moser, C. (1998). The asset vulnerability framework. World Development.
- Sen, A. (1981). Poverty and Famines. Oxford University Press.
- Sen, A. (1998). Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras.
- Silva, M. N. F. (2019). Turismo e desenvolvimento: proposta para medir a vulnerabilidade social. Tese – Universidade de Alicante.